

Autogestão em Marcuse

Cristian Arão Silva Jesus¹

Resumo: O conceito de autogestão é extremamente importante para a proposta marcuseana de mudança social. O conceito de autogestão remete a um tipo de organização social horizontal, cooperativista e dependente de democracia direta. Essa forma organizativa, que primeiramente foi reivindicada pelo anarquismo, está também presente nos últimos textos de Marx, bem como foi utilizada por uma série de marxistas, que receberam o adjetivo de conselhistas, chamados também de autogestionários. Tal tema foi debatido exaustivamente por volta da década de vinte do século passado, construindo uma oposição ao marxismo-leninismo. Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht, Anton Pannekoek, dentre outros, compõem esse grupo de marxistas que propunham uma forma mais horizontal de organização. Marcuse, vivenciou o modelo autogestionário durante o tempo que foi membro da Liga Spartacus em sua juventude, movimento que tinha como principal referência Rosa Luxemburgo. No primeiro momento de sua obra, muito influenciado por esse fato, afirma a necessidade de um Partido que tome o poder político e transforme a sociedade. Posteriormente passa a propor uma mudança social que não decorra do assalto ao poder central, mas sim da tomada dos meios de produção de forma espontânea e organizada. Dessa forma, Marcuse, no início de sua carreira intelectual, se mantém muito próximo das ideias de Luxemburgo, mas em sua última fase desenvolve uma concepção de autogestão original se afastando, de certa forma, do conselhismo clássico.

Palavras-chave: Autogestão. Conselhismo. Marxismo.

A autogestão é um tipo de organização social horizontal, cooperativista e dependente de democracia direta. Essa forma organizativa, que primeiramente foi reivindicada pelo anarquismo, está também presente nos últimos textos de Marx, bem como foi utilizada por uma série de marxistas, que receberam o adjetivo de conselhistas, chamados também de marxistas autogestionários. Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht, Anton Pannekoek, dentre outros, compõem esse grupo de marxistas que propunham uma forma horizontal de organização. Em seus primeiros escritos que versam sobre sua proposta de transformação social, Marcuse se vale principalmente da concepção autogestionária do marxismo. Além do próprio Marx, ele também é bastante influenciado pelos autores do conselhismo, sobretudo por Luxemburgo. Todavia,

1. Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor no IFBA-Campus Valença.

ao retomar a questão em sua fase mais madura, na década de setenta, revê sua concepção. Radicaliza o conceito de autogestão propondo uma transformação social descentralizada, isto é, sem a necessidade da tomada do poder central.

Em 1904, Luxemburgo publica um texto chamado *Questões de organização da socialdemocracia russa*², onde afirma uma posição “contra o que considera o excessivo centralismo de Lenin em relação ao partido, defende a ideia de que as direções têm um papel insignificante na elaboração da tática”. (LOUREIRO *apud* LUXEMBURGO, 1991, p. 16) Apesar de Rosa compreender as circunstâncias históricas que levaram a União Soviética a tomar medidas antidemocráticas (guerra mundial, guerra civil, movimentos contrarrevolucionários e etc.) e ainda que ela admirasse a coragem da revolução, ela “entende que a realização do socialismo exige vida pública, espaço público, total liberdade para as massas trabalhadoras. A vontade enérgica do partido revolucionário não basta para instaurar o socialismo” (LOUREIRO *apud* LUXEMBURGO, 1991, p. 21).

Nos primeiros anos do século passado, a literatura socialista foi muito alimentada pelo debate acerca da organização revolucionária, sobretudo, entre Lenin e Luxemburgo. Rosa propunha algo menos centralizado, prezando pela autonomia e pela soberania das organizações locais. Lenin, por outro lado, apostou na ideia de centralismo democrático. De acordo com a pensadora alemã, no leninismo o “comitê central aparece como o verdadeiro núcleo ativo do partido, e todas as demais organizações apenas como seus instrumentos executivos” (LUXEMBURGO, 1991, p. 41).

Com o passar dos anos e o êxito da revolução russa, a história teria dado a vitória desse debate para a concepção leninista e esse modelo se expandiu para diversos outros países, de modo que em muitos lugares

2. Traduzido para o português e organizado por Isabel Loureiro no livro *A Revolução Russa* (1991).

marxismo se tornou sinônimo de marxismo-leninismo.³ Todavia, junto com o ocaso da história, a coruja de minerva alçou voo e uma nova realidade sobre os acontecimentos foi desvelada.

De fato, Lênin, com seu partido Bolchevique, obteve sucesso em sua empreitada de assalto ao palácio de inverno e tomada do poder central russo. Contudo, as advertências feitas por Luxemburgo mostraram-se válidas. O ultracentralismo (LUXEMBURGO, 1991, p. 48) que guiou o processo revolucionário, realmente criou uma sociedade onde não eram os trabalhadores os governantes, e sim o Partido. Rosa, em 1904, já alertara que a concepção leninista poderia ocasionar um conservadorismo hostil à verdadeira revolução socialista.

Atribuir à direção partidária tais poderes absolutos de caráter *negativo*, como faz Lenin, é fortalecer artificialmente, e em perigosíssimo grau, o conservadorismo inerente à essência de qualquer direção partidária. Se a tática social-democrática for criada, não por um comitê central, mas pelo conjunto do partido ou, melhor ainda, pelo conjunto do movimento, então é evidente que, para as células do partido, a liberdade de movimento é necessária. Apenas ela possibilita a utilização de todos os meios oferecidos em cada situação para fortalecer a luta, tanto quanto o desenvolvimento da iniciativa revolucionária. Porém, o ultracentralismo preconizado por Lenin parece-nos, em toda a sua essência, ser portador, não de um espírito positivo e criador, mas do espírito estéril do guarda noturno. Sua preocupação consiste, sobretudo, em *controlar* a atividade partidária e não em *fecundá-la*, em *restringir* o movimento e não em *desenvolvê-lo*, em *importuná-lo* e não em *unificá-lo*. (LUXEMBURGO, 1991, p. 48)

A previsão feita por Luxemburgo no início do século XX está longe de ser um exercício de adivinhação, ela surge de uma análise bastante lúcida do que estava sendo desenvolvido na Rússia na época. Ao final da década de quarenta, Marcuse produziu um relatório acerca do cenário

3. De acordo com Marcuse, a pretensão do leninismo era que “a organização centralística, justificada pela ‘imaturidade’ das condições atrasadas e a elas aplicada, deveria tornar-se o princípio geral de estratégia, numa escala internacional” (MARCUSE, 1969a, p. 39).

político de então e, em sua conclusão, Rosa estava certa. De acordo com ele: “As sociedades neofascistas e soviéticas são inimigas econômicas e de classe e uma guerra entre elas é provável. Mas ambas são, em suas formas essenciais de dominação antirrevolucionárias e hostis ao desenvolvimento socialista.” (MARCUSE, 1998, p. 291).

Em outro momento, Luxemburgo salienta outro ponto do leninismo que impede o surgimento de um socialismo verdadeiramente democrático. Segundo ela, a prática leninista é algo que impede o desenvolvimento da autonomia através da imposição da “disciplina” revolucionária. Para Rosa:

Não é partindo da disciplina nele inculcada pelo Estado capitalista, com a mera transferência da batuta da mão da burguesia para a de um comitê central socialdemocrata, mas pela quebra, pelo extirpamento desse espírito de disciplina servil, que o proletariado pode ser educado para a nova disciplina, a autodisciplina voluntária da socialdemocracia. (LUXEMBURGO, 1991, p. 45)

De acordo com a autora, a diferenciação entre disciplina e autodisciplina é necessária, pois é somente com a autodisciplina que um autogoverno pode ser edificado. Com uma disciplina imposta não pode surgir nada de autônomo, é necessário que as pessoas criem as suas próprias disciplinas. Quarenta e três anos depois, Marcuse analisou como a disciplina funcionava no Estado Soviético.

Os sindicatos não são apenas órgãos do *status quo*, mas também da manutenção do *status quo* nas novas formas do Socialismo de Estado e do soviétismo. Seus interesses estão ligados ao funcionamento do aparato de produção de que se tornaram sócios (de segunda classe). Podem trocar de senhores, mas precisam de um senhor para compartilhar seu interesse na orientação domesticadora dos trabalhadores organizados. (MARCUSE, 1998, p. 303)

Luxemburgo havia alertado que sem um processo de mudança com autonomia e autodisciplina, os trabalhadores só iriam trocar de senhor. Marcuse confirmou que de fato os trabalhadores não eram os principais atores políticos na URSS. Sendo assim, a proposta do conselhismo é que os trabalhadores constituam efetivamente o processo revolucionário de forma autônoma e não sob a tutela e direção do comitê central do Partido. Partindo desta proposta, não é mais possível construir um programa revolucionário fechado e altamente positivo. É necessário que se abra espaço para o inesperado, para algo que surja não somente de intelectuais que guiarão a mudança social e sim da pluralidade da classe trabalhadora. Rosa explica que a transformação social é “uma coisa totalmente envolta nas brumas do futuro” (LUXEMBURGO, 1991, p. 91). Nesse cenário, as proposições são negativas, “Sabemos mais ou menos o que suprimir primeiro para deixar o caminho livre à economia socialista.” (LUXEMBURGO, 1991, p. 91). Dessa forma, Luxemburgo nega uma versão de mudança social que se baseie em manuais feitos por mentes superiores, colocando assim a construção do socialismo mais colada com a experiência e a prática.

Em 1918, Rosa publica um texto onde anuncia mais expressamente quais as suas ideias sobre o processo de mudança social. Em *O que quer a Liga Espartakus?*⁴ Fica clara sua posição sobre o que é necessário para se concretizar uma revolução socialista. O Partido não deve se constituir como o motor da mudança e sim, como o reflexo. Nas palavras da autora: “não se situa no começo, mas no fim da revolução” (LUXEMBURGO, 1991, p. 110). O Partido deve responder ao clamor da população em sua ampla maioria. Dessa forma, o processo revolucionário surge da organização popular, e posteriormente o Partido que seria “apenas a parte mais consciente do proletariado” (LUXEMBURGO, 1991, p. 109), se encarregaria de tomar poder. Após

4. Presente no livro *A Revolução Russa* (1991).

a tomada do Estado, com a maioria da população suficientemente consciente e ansiosa pelo socialismo, a sociedade se organizaria através dos conselhos, instaurando uma verdadeira democracia com ampla participação popular, muito parecido com o que Marx propôs em *A Guerra Civil Na França* (1872). Porém, para alcançar essa verdadeira democracia, seria necessária uma ditadura, a ditadura do proletariado, que segundo a autora não se opõe à democracia.

Perfeitamente: ditadura! Mas esta ditadura consiste na *maneira de aplicar a democracia*, não na sua *supressão*, ela se manifesta nas intervenções enérgicas e resolutas pondo em causa os direitos adquiridos e as relações econômicas da sociedade burguesa; sem isso a transformação socialista não pode ser realizada. Mas esta ditadura precisa ser obra da *classe* e não de uma pequena minoria que dirige em nome da classe, quer dizer, ela deve, a cada passo, resultar da participação ativa das massas, ser imediatamente influenciada por elas, ser submetida ao controle do público em seu conjunto (*gesamten Öffentlichkeit*), emanar da formação política crescente das massas populares. (LUXEMBURGO, 1991, p. 96)

Como apontado anteriormente, Rosa estava muito mais preocupada com a negação do que com a afirmação, isto é, estava mais preocupada em procurar o que suprimir na sociedade atual para a realização do socialismo, do que com fórmulas de uma sociedade futura. Dessa maneira, a ditadura do proletariado é o ápice desse aspecto negativo, onde suprime-se as regalias da burguesia, colocando todos no mesmo patamar de possibilidades.

Em seus primeiros textos, Marcuse parece compactuar com Luxemburgo e o conselhismo clássico. Além de concordar com as críticas ao ultracentralismo leninista, segue Rosa em sua proposta de transformação social. Em 33 teses, texto de 1947 que só foi publicado na década de noventa,⁵ o autor problematiza, entre outras coisas, a

5. Publicado no Brasil em 1998 num compilado de textos chamado *Tecnologia, Guerra e Fascismo*.

relação entre a tomada do Estado e a captura dos meios de produção. Para ele, primeiramente os trabalhadores precisam se apossar dos meios de produção nos quais trabalham, isto seria uma pré-condição do socialismo (MARCUSE, 1998, p. 300). Todavia, como essa tomada dos meios de produção não é algo centralizado e orquestrado a nível nacional, é de se imaginar que isso desintegraria a economia do país, gerando certo caos econômico. Isso porque cada fábrica e cada fazenda seria independente e os trabalhadores associados decidiriam o quê e quanto produzir. Segundo Marcuse, é possível conjecturar que nesse cenário seria produzido o que fosse mais interessante em cada localidade e não em nível mais amplo. Além disso, o autor alerta que os trabalhadores diminuiriam as horas de trabalho, diminuindo também a produção. Dessa forma, o quadro desse período da mudança social não é dos mais bonitos. Não é difícil imaginar que uma economia descompassada e não articulada, geraria efeitos muito danosos. O próprio autor tem noção disso. Ele percebe que tais ações gerariam uma situação de pobreza e aflição, porém afirma também que isso é necessário. “A catástrofe sinaliza que a antiga sociedade já deixou realmente de funcionar: ela é inevitável” (MARCUSE, 1998, p. 301).

De acordo com Marcuse, como reflexo desta catástrofe, a sociedade pós-revolucionária seria muito inferior tecnologicamente, e isto faria com que o padrão de vida também fosse inferior. Contudo, o autor afirma também que “O critério de partida da sociedade socialista não é tecnológico – é o progresso na realização da liberdade dos produtores, que se expressa em uma mudança qualitativa das necessidades” (MARCUSE 1991, p. 302). Com certeza, uma forma mais eficiente de fazer essa transição seria com um maestro regendo o processo do alto, articulando o andamento e o tom da obra. Porém, isso não seria uma realização verdadeiramente autônoma dos trabalhadores. Estes ainda estariam sob uma batuta, e dessa forma não se autogovernariam.

Nesse sentido, certo caos é necessário, pois só assim os trabalhadores podem traçar seu caminho de forma independente, ainda que tateante. O tatear é justamente o que permite a criação do novo, do inesperado. É o caminho mais difícil e mais longo, porém é o caminho mais seguro para se chegar num socialismo autogestionário.

Entretanto, a sociedade pós-revolucionária não deve se bastar em desorganização e atraso tecnológico. Após a abolição de todo arbítrio e o cultivo da autonomia, a sociedade volta a se organizar de forma mais eficaz e produtiva, mas dessa vez sem perder de vista a liberdade criada. O conhecimento técnico passar a ser ampliado, de modo que se torne acessível a todos. “Uma educação socialista geral certamente tornaria as funções especializadas intercambiáveis e assim romperia a forma heterônoma de burocracia, mas esse tipo de educação não pode ter sucesso em uma burocracia estabelecida de dominação” (MARCUSE, 1998, p. 302). Dessa forma, a sociedade volta a se rearranjar sem que o poder saia das mãos dos trabalhadores.

Seguindo o movimento do processo de transformação, há ainda um último momento para a efetiva realização do socialismo, a tomada do Estado. Mais uma vez Marcuse concorda com Luxemburgo ao afirmar a necessidade de um Partido que surja do seio da classe trabalhadora e que de alguma forma centralize o processo, culminando na tomada do poder do central. Assim como Rosa, o autor de *Eros e Civilização*, também propõe um Partido diferente do proposto por Lenin, porque segundo ele “os fatos confirmaram a correção da concepção leninista do partido de vanguarda como sujeito da revolução”. (MARCUSE, 1998, p. 303) Dessa forma, imagina um partido não centralizado e não hierárquico, à imagem do que foi proposto por Luxemburgo. Marcuse afirma ainda que um Partido seria necessário pois “somente nas teorias dos partidos comunistas está viva a memória da tradição revolucionária, que pode mais uma vez tornar-se a memória da meta

revolucionária” (MARCUSE, 1998, p. 303). O Partido além de ser responsável por centralizar as lutas e tomar o poder do Estado, também é necessário, pois ele guarda a consciência revolucionária. Assim sendo, Marcuse conclui que “a tarefa política consistiria então em reconstruir a teoria revolucionária dentro dos partidos comunistas e em trabalhar na práxis apropriada a ela”. (MARCUSE, 1998, p. 303) Portanto, para o autor é necessário um primeiro momento de levante das massas com a ocupação dos meios de produção, mas a revolução só se efetivará quando os trabalhadores tomarem o poder estatal através de um Partido comunista.

Marcuse inicia sua vida intelectual e política fortemente influenciado pela revolução alemã de 1918. Antes de sua fase mais madura, isto é, antes de lançar seus principais livros a partir da década de cinquenta, esteve bastante preocupado com a questão da mudança social. Apesar de não ter conseguido levar sua pesquisa adiante, percebe-se a sua preocupação com o tema nos manuscritos da época. Em quarenta e sete, tenta publicar 33 teses na revista do Instituto de Pesquisa Social. Esse texto seria a primeira parte de uma série de escritos que analisariam a conjuntura política mundial, oferecendo também um prognóstico prático revolucionário. Todavia, esta pesquisa não teve nenhuma parte publicada, e seu conteúdo só foi revelado no final dos anos noventa com a publicação de seus manuscritos. Marcuse volta a trabalhar as questões da mudança social mais fortemente ao final da década de sessenta.⁶ Ao retomar o problema, ele revisa muito do que tinha afirmado anteriormente na década de quarenta, ainda que não explicita que esteja fazendo essa revisão. Se nos seus primeiros escritos, defendia a necessidade de uma mudança social através da tomada de poder por um Partido

6. Marcuse nunca abandonou efetivamente o problema da transformação social. Em toda sua obra a temática aparece como fio condutor. Porém, a temática só vai ser trabalhada de forma mais contundente em *An Essay On Liberation* (1969) e *Contra-revolução e Revolta* (1972).

que representasse a classe trabalhadora, em sua fase tardia, o autor critica essa posição e formula algo novo.

Sendo assim, analisando o capitalismo da segunda metade do século XX, Marcuse avalia a relevância das clássicas teorias revolucionárias.

A busca de específicos agentes históricos da revolução nos países capitalistas avançados é realmente sem sentido. As forças revolucionárias emergem no processo de mudança. A passagem do potencial para o real é um trabalho de política prática. E a prática política, como a Teoria Crítica, tem poucas bases para orientações sobre o conceito de revolução que corresponde ao século dezenove e começo do século vinte, que todavia é válido para grande parte do terceiro mundo. Esse conceito prevê a tomada de poder no curso de uma revolução em massa, liderada por um partido revolucionário, que atuando como a vanguarda de uma classe revolucionária, estabeleça um novo poder central que iniciará as mudanças sociais fundamentais.⁷ (MARCUSE, 2000, p. 79)

Acima foi exposto que a concepção marcuseana de transformação social em 33 teses estava alicerçada na necessidade de um partido revolucionário. Foi desenvolvido também como tal ideia está em consonância com a proposta de Rosa Luxemburgo. Todavia, em sua alta maturidade, o filósofo berlinense abandona essa posição e desenvolve uma nova teoria criticando a necessidade do Partido revolucionário.

Fiz referência à noção, hoje muito divulgada entre os grupos radicais da Nova Esquerda, de que a “tomada de poder”, no sentido de um assalto direto aos centros de controle político (o Estado), apoiado e executado pela ação de massa, sob liderança de partidos centralizados de massa, não está – e não pode estar na agenda, no que diz respeito aos países

7. The search for specific historical agents of revolutionary change in the advanced capitalist countries is indeed meaningless. Revolutionary forces emerge in the process of change itself the translation of the potential into the actual is the work of political practice. And just as little as critical theory can political practice orient itself on a concept of revolution which belongs to the nineteenth and early twentieth century, and which is still valid in large areas of the Third World. This concept envisages the “seizure of power” in the course of a mass upheaval, led by a revolutionary party acting as the avant-garde of a revolutionary class and setting up a new central power which would initiate the basic social changes.

capitalistas avançados. As principais razões: (1) a concentração de um esmagador poder militar e policial nas mãos de um governo que funciona eficientemente; e (2) o predomínio de uma consciência reformista entre a classe trabalhadora. Existe alguma alternativa histórica. (MARCUSE, 1973b, p. 49)

Analisando a conjuntura mundial do começo da década de setenta Marcuse conclui que, dado o poder bélico das nações desenvolvidas, seria impossível atacar o centro do Estado. Para além disso, a ideia de uma revolução centralizada pautada no Partido, faz com que a mudança social não seja tão autogestionária quanto poderia. Por mais que se componha um Partido não centralizado, a existência de uma instituição que hospede a consciência revolucionária é por si só autoritária.

Ao desenvolver uma nova proposta de mudança que se aplique às sociedades industriais avançadas, o autor focaliza mais uma vez a questão na relação entre captura dos meios de produção e tomada do Estado. Se tomar o Estado já não é mais proposta, como seria possível fazer uma revolução?

De acordo com Marcuse, novas formas de organização do capitalismo, demandam novas formas de revolução.

O capitalismo de monopólio deu um novo sentido concreto à “revolução de baixo pra cima”: as raízes subversivas. A integração técnica e econômica do sistema é tão densa que a sua ruptura num ponto nevrálgico pode facilmente acarretar uma grave disfunção do todo. Isso vale não só para os centros locais de produção e distribuição mas também para os de educação, informação e transporte. Nessas circunstâncias, o processo de desintegração interna pode perfeitamente assumir um caráter descentralizado, difuso largamente “espontâneo”, ocorrendo em muitos lugares ao mesmo tempo ou por contágio. Contudo, tais pontos de disfunção e ruptura locais podem-se tornar núcleos de mudança social somente se lhes for dada uma direção e organização política. Nesta fase, a autonomia primária das bases locais parecerá decisiva para assegurar o apoio da popu-

lação trabalhadora *in loco* e preparar os novos quadros que reorganizem a produção, a distribuição e o transporte. (MARCUSE, 1973b, p. 48-49)

Segundo o que foi exposto, o capitalismo avançado possui outras características além da alta concentração de poder nos centros do Estado. Para manter o Estado capitalista blindado, o seu funcionamento se torna demasiado intrincado e pode conter rachaduras. Sendo assim, trata-se de explorar as fissuras, isto é, agir localmente onde aparecem as contradições do capitalismo. Contudo, o autor deixa claro que somente rebeliões locais não efetivam uma transformação social. O caráter descentralizado, e até mesmo espontâneo, é necessário no primeiro momento de sublevação, pois mantém a autonomia, porém é necessário um segundo momento onde se faz necessária uma direção política, um norte que oriente o processo. Marcuse não propõe que a mudança social siga ao sabor do vento, ela deve ter um rumo claro, ainda que o destino alcançado não seja exatamente conhecido. Em 33 teses, o autor já havia demonstrado a mesma preocupação. Acreditava na tomada local dos meios de produção, mas a revolução culminaria com a ação do Partido que tomaria o Estado. Nesse ponto há uma diferença nas diferentes fases do pensador alemão. Se, no primeiro momento a aposta é num Partido que guie o processo, no segundo, uma direção ainda é necessária, mas essa direção não é dada pelo Partido e sim pelos grupos locais em consonância de ações e propósitos. Os grupos devem dialogar e demarcarem o rumo, porém sem a ideia de hierarquia própria dos Partidos. A autonomia dos grupos e indivíduos faz-se necessária para a verdadeira efetivação da democracia socialista.

Acredito que não seja possível precisar o quanto desse conteúdo desenvolvido por Marcuse entre o final dos anos sessenta e o começo dos setenta foi apreciado pelos movimentos sociais contemporâneos. Mas, o fato é que tal proposta política é hoje compartilhada por diversos grupos ao redor do mundo. O levante Zapatista, por exemplo, se

concretiza em 1994, mas começou a ser forjado muito tempo antes, justamente na década de sessenta. Assim como os jovens parisienses, a juventude mexicana também protagonizou diversas manifestações em 1968, e o resultado desse processo foi a aproximação da jovem *intelligentsia* com os indígenas, ocasionando a insurreição que sustenta territórios livres até os dias de hoje, servindo de inspiração para organizações autogestionárias ao redor do mundo.

Outro fenômeno histórico contemporâneo que também representa as qualidades de descentralização e autogoverno é o PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão). Em 1978 o Partido é fundado sob os ideais do marxismo-leninismo e após passar por um período de exílio e clandestinidade, inicia a resistência armada em 1984. Em 1998, o secretário geral do Partido, Abdullah Öcalan, é capturado. Nos anos de confinamento aproxima-se do pensamento do anarquista americano Murray Bookchin e inicia um processo de autocrítica que se conclui com a transformação substancial do PKK. De acordo com o próprio:

O PKK foi concebido e organizado, como muitos partidos, com base numa estrutura hierárquica similar à uma estrutura estatal. Este tipo de estrutura, no entanto, constitui uma contradição dialética com os princípios de democracia, liberdade e igualdade, independentemente da filosofia do partido em questão. Apesar de que o PKK se pretendia em favor das liberdades, nós não havíamos conseguido deixar de pensar em termos de hierarquia. (Öcalan, 2008, p. 29)

Dessa forma, o Partido e mais adiante o território organizado pelo partido passarão a ser organizados por meio do autogoverno.

O processo de democratização no Curdistão não se limita, no entanto, a uma questão de forma, mas abrange um amplo projeto social visando a soberania econômica, social e política de todas as partes da sociedade, assim como a criação dos órgãos e instituições necessárias e a elaboração dos instrumentos que possam garantir e possibilitar à sociedade um auto-

governo e um controle democrático. É um processo de longo e contínuo. As eleições não são o único meio neste contexto. Ao contrário, este é um processo político dinâmico que necessita intervenções diretas da parte do soberano, o povo. Assim, a população deve estar diretamente envolvida em cada processo decisório da sociedade. Este modelo é construído sobre a auto-gestão de comunidades locais e é organizado em conselhos abertos, conselhos de município, parlamentos locais e congressos gerais. Os próprios cidadãos são os atores de um auto-governo deste gênero (Öcalan, 2008, p. 32).

Sendo assim, debater teoria revolucionária mostra-se ainda hoje uma prática válida, visto que, por mais que uma grande parte da esquerda tenha se desiludido com a ideia de uma mudança radical da sociedade, ainda existem muitos grupos ao redor do mundo idealizando e realizando práticas revolucionárias.

O exemplo aqui citado do Curdistão talvez não sirva exatamente para ilustrar a necessidade da revolução num país democrático, porém, ainda segundo Marcuse, o que chamamos de democrático pode não corresponder exatamente ao governo do povo.

Se tivesse de definir numa frase minha atitude deveria dizer que, nesse momento, ninguém é mais favorável do que eu à democracia. A minha objeção, porém, se fundamenta na constatação de que, em nenhuma das sociedades existentes, e tampouco decerto daquelas que se autointitulam democráticas, existe a democracia; existe, sim, tão somente, uma certa democracia, limitada, ilusória e comprometida por todas as espécies de desigualdades. As verdadeiras condições da democracia devem ainda ser criadas em toda parte. (Marcuse, 1969b, p. 42)

Talvez denominemos democráticos países e instituições onde a democracia seja muito pouco exercida. Marcuse percebe uma mudança orwelliana da linguagem ao afirmar que há uma transubstanciação do significado de regime democrático aos moldes “paz é guerra e guerra é paz” (Marcuse, 1973a, p 96), que nos leva a preservar a democra-

cia quando na verdade só existe uma ilusão. O sistema representativo que coloca os políticos profissionais acima dos demais cidadãos e o aparelhamento do poder econômico sobre o político, dentre outras coisas, impedem o desenvolvimento realmente democrático, isto é, do controle do povo. Portanto, para realizar a democracia de forma mais plena, é imprescindível transformar toda a sociedade, acabando o capitalismo e fundando uma nova forma de viver baseada na autodeterminação dos cidadãos.

Referências

MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1973a.

_____. *An essay on liberation*. Boston: Beacon Press, 2000.

_____. *Contra-revolução e revolta*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1973b.

_____. *Eros e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.

_____. *Marxism, revolution and utopia*. New York: Routledge, 2014.

_____. *Marxismo Soviético*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

_____. *Tecnologia, guerra e fascismo*. São Paulo: Fundação da Editora da Unesp, 1998.

LENIN, Vladimir. *Obras escolhidas*, v.3. São Paulo: Alfa-ômega, 1977.

_____. *O que fazer?* São Paulo: Martins Editora, 2006.

_____. *O Estado e a Revolução*. Campinas: FE Unicamp, 2011.

LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

_____. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão popular, 2006.

MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ÖCALAN, Abdullah. *Guerra e paz no Curdistão: Perspectivas para uma solução política da questão curda*. International Initiative, 2008.